

ENTRE A MATERNIDADE E A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA: A MULHER ALÉM DO PAPEL SOCIAL DE MÃE

Recebido em: xx/xx/xxxx

Aceito em: xx/xx/xxxx

DOI: 10.25110/akropolis.vXXiX.2025-00000



Ana Beatriz Cardoso¹
Mayara Araújo Texeira²
Vitória Bialezki³
Ronaldo Pereira Barboza⁴

RESUMO: Durante muitos anos, a maternidade foi constituída a partir de uma visão de “cuidado inato”, sendo compreendida como uma característica naturalizada nas mulheres desde o nascimento, o que gera uma forte cobrança social para sua realização. Nesse contexto, as mulheres são frequentemente reduzidas ao papel de cuidadoras e responsáveis pela geração e criação dos filhos, sendo levadas à renúncia de seus próprios desejos em função dessas expectativas sociais. Observa-se ainda que essa exigência é intensificada em mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que enfrentam a necessidade de conciliar o cuidado dos filhos com a inserção no mercado de trabalho, suportando múltiplas pressões sociais e econômicas que frequentemente inviabilizam suas necessidades individuais. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo discutir a construção social do papel materno e sua influência sobre a subjetividade feminina, por meio de revisão bibliográfica a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Histórico - Cultural; Maternidade; Mulher; Vulnerabilidade socioeconômica.

BETWEEN MOTHERHOOD AND SOCIOECONOMIC INEQUALITY: WOMEN BEYOND THE SOCIAL ROLE OF MOTHER

ABSTRACT: For many years, motherhood has been constructed based on a vision of "innate care," understood as a naturalized characteristic in women from birth, which generates strong social pressure for its fulfillment. In this context, women are often reduced to the role of caregivers, responsible for the procreation and upbringing of children, leading them to renounce their own desires in favor of these social expectations. It is further observed that this demand is intensified for women in situations of socioeconomic vulnerability, who face the need to reconcile childcare with labor market integration, enduring multiple social and economic pressures that often render their individual needs invisible. In view of this, the present study aims to discuss

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Psicologia - UNIPAR; ana.cardoso.03@edu.unipar.br;

² Acadêmico do Curso de Graduação em Psicologia - UNIPAR; mayara.texeira@edu.unipar.br;

³ Acadêmico do Curso de Graduação em Psicologia - UNIPAR; vitoria.b@edu.unipar.br;

⁴ Docente do Curso de Graduação em Psicologia - UNIPAR; ronaldo.barboza@prof.unipar.br

the social construction of the maternal role and its influence on female subjectivity, through a literature review from the perspective of Historical-Cultural Psychology.

KEYWORDS: Historical-Cultural Psychology; Motherhood; Woman; Socioeconomic vulnerability.

ENTRE LA MATERNIDAD Y LA DESIGUALDAD SOCIOECONÓMICA: LAS MUJERES MÁS ALLÁ DEL ROL SOCIAL DE MADRE.

RESUMEN: Durante muchos años, la maternidad fue constituida a partir de una visión de “cuidado innato”, siendo comprendida como una característica naturalizada en las mujeres desde el nacimiento, lo que genera una fuerte exigencia social para su realización. En este contexto, las mujeres son frecuentemente reducidas al papel de cuidadoras y responsables de la procreación y crianza de los hijos, siendo llevadas a la renuncia de sus propios deseos en función de estas expectativas sociales. Se observa, además, que esta exigencia se intensifica en mujeres en situación de vulnerabilidad socioeconómica, quienes enfrentan la necesidad de conciliar el cuidado de los hijos con la inserción en el mercado laboral, soportando múltiples presiones sociales y económicas que frecuentemente invisibilizan sus necesidades individuales. Ante esto, el presente trabajo tiene como objetivo discutir la construcción social del papel materno y su influencia sobre la subjetividad femenina, por medio de una revisión bibliográfica desde la perspectiva de la Psicología Histórico-Cultural.

PALABRAS CLAVE: Psicología histórico-cultural; Maternidad; Mujer; Vulnerabilidad socioeconómica.

1. INTRODUÇÃO

*“Achar-se situada à margem do mundo
não é posição favorável para quem quer recriá-lo.”*

(Simone de Beauvoir)

O presente trabalho possui o objetivo de dissertar por meio de revisão bibliográfica sobre as realidades das mulheres enquanto mães, considerando inicialmente para o desenvolvimento do “instinto materno”, discorrendo sobre a construção histórica dessa concepção, que desde o momento em que surgiu é considerado como natural a todas as mulheres. Para tal, foi utilizado como base conceitual a Psicologia Histórico-Cultural. Visa-se compreender criticamente a cobrança pelo “perfeccionismo materno” e buscar novas possibilidades de realidade para as mulheres.

A Psicologia Histórico Cultural constitui uma abordagem teórica desenvolvida no início do século XX. Surgiu na União Soviética após transformações sociais decorrentes da Revolução Russa, após o declínio do regime czarista e a ascensão do socialismo, momento este que representou o começo de um novo período histórico, no qual os rumos do cenário mundial passaram por grandes mudanças (HOBBSAWM, 1995).

Deste modo, Lev Semionovitch Vigotski (1896 - 1934) seu principal precursor, em colaboração com Alexis Nikolaevich Leontiev (1903 - 1979) e Aleksandr Romanovich Luria (1902–1977) buscaram desenvolver uma abordagem adequada à nova sociedade e seus ideais. Sua origem é marcada pelo que chamou de crise na Psicologia, na qual Vigotski apresentou reflexões acerca da fragmentação da Psicologia como ciência, dividindo-se em duas correntes de pensamento principais, uma que limita o fenômeno psíquico à esfera cognitiva e outra que o desconsidera, priorizando exclusivamente os comportamentos que podem ser observados em laboratório (VIGOTSKI, 2004).

De acordo com o mesmo autor, em nenhuma outra área do conhecimento a presença simultânea de teorias tão divergentes se apresenta de maneira tão evidente, trata-se de uma crise intensa, que compromete diretamente as bases fundamentais da psicologia enquanto ciência. Sendo assim, Vigotski adotou o método do materialismo histórico-dialético, proposto por Karl Marx, para desenvolver uma nova abordagem que superasse a dicotomia mente/corpo (VIGOTSKI, 2004).

O materialismo histórico-dialético concebe o ser humano como produto das condições concretas de vida e das relações sociais construídas historicamente. Marx (2008) afirma que são as condições sociais e materiais em que os seres humanos vivem que influenciam e formam sua maneira de pensar e compreender o mundo. Portanto, o materialismo histórico-dialético permite interpretar o sujeito como um ser em constante transformação, que ao mesmo tempo em que é influenciado pelas condições sociais, também participa ativamente da sua modificação.

As mulheres são comumente associadas a sua capacidade de gerar novas formas de vida a partir de seu corpo, existindo em relação automatizada entre mulheres, gestação e maternidade. Observa-se que, ao assumirem o papel materno, muitas se veem levadas a colocar de lado os aspectos da própria subjetividade, em função das expectativas e exigências impostas pela sociedade sobre o que é ser mãe.

A Psicologia Histórico-Cultural oferece um referencial teórico fundamental para compreender esse processo, uma vez que compreende que o sujeito é constituído através das relações sociais e nas condições concretas de sua existência. Sob essa perspectiva, a maternidade não é vista como uma condição biológica, mas como uma construção histórica e simbólica, sustentada por valores culturais, ideologias e práticas que moldam o que se espera das mulheres em cada época (SCAVONE, 2001).

Historicamente, o chamado “instinto materno” é concebido como algo inato e essencial à mulher, sustentando o mito de uma maternidade perfeita, associado a cuidado e a renúncia das próprias vontades femininas. Tal idealização ignora a diversidade de experiências das mulheres, reduzindo a figura feminina ao papel de mãe, o que compromete sua subjetividade e autonomia sob um padrão socialmente construído. Nesse sentido, a ideologia constrói a maternidade como elemento central da identidade feminina, desconsiderando seu processo histórico e normatizando o papel materno (GRISCI, 1995).

Nesse contexto, é imprescindível refletir sobre as mães em situação de vulnerabilidade social, cuja vivência materna é atravessada por desigualdades, ausência de políticas e falta de suporte social. Essas mulheres enfrentam um duplo processo de exclusão, são cobradas a corresponder ao ideal materno, enquanto suas condições concretas de vida permanecem invisibilizadas. Em contextos de vulnerabilidade social, as mães enfrentam desafios adicionais que influenciam sua experiência materna (BENATTI *et al.*, 2020).

2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo-crítico. A coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa baseada em artigos científicos e monografias acerca da construção psíquica dos seres humanos fundamentado de acordo com a Psicologia Histórico-Cultural e estudos de caso que abrangem o desenvolvimento de mulheres mães brasileiras. Sendo assim, os materiais utilizados foram adquiridos em bibliotecas físicas, virtuais e outras plataformas digitais, onde foram analisadas aproximadamente cinquenta obras publicadas entre os anos de 1975 e 2025. A partir disso, vinte e quatro dessas produções foram selecionadas e consideradas essenciais e coerentes com o tema e implementados

no desenvolvimento do estudo; em contrapartida, os demais materiais foram descartados em virtude de apresentarem conteúdos desviantes ou incondizentes com o trabalho.

O artigo foi elaborado em três fases, sendo uma delas o projeto de pesquisa, em que foram selecionados os principais materiais, citados acima, a serem utilizados. Posteriormente, houve a elaboração do “boneco” do trabalho, em que houve a primeira organização das temáticas a serem abordadas, o que classificou e discutiu qual seria o foco do artigo e quais seriam seus tópicos a serem descritos. Por último, o artigo foi produzido com enfoque nas mulheres-mães, citando suas dificuldades enquanto pessoas em vulnerabilidade, tanto social quanto econômica, e a construção histórica para que tenham a imagem de um papel de cuidado pré-estabelecido.

3. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER E A NATURALIZAÇÃO DO “SER MÃE”

Desde o período colonial, percebe-se que as representações de mulheres sempre estiveram submetidas a uma visão falocêntrica hegemônica, ao qual são colocadas como inferiores aos homens e, por isso, são responsáveis pela atividade de servi-los. A educação para esse gênero era limitado, voltados para o funcionamento do futuro lar, sendo regulado por homens e pela igreja, independente de seu desejo (ARAÚJO, 2004; CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2020).

Diante disso, a maternidade não poderia ser diferente dentro da construção social das mulheres, sendo algo que elas estariam fadadas a ter em algum momento. Segundo Bittencourt (2013) e César, Loures e Andrade (2020), manter a mulher presa aos cuidados domésticos e da criança enquanto o homem desenvolvia sua participação pública era interessante para aqueles que detinham capital, sendo essa uma herança que seria mantida por sua família. Surge a ideia de posse na família: seus filhos e sua mulher, aqueles a qual o homem tem poder sobre.

No século XIX, a mulher começa a ter participação pública, sobretudo porque os homens foram convocados para servirem na II Guerra Mundial (1939 - 1945), deixando espaços de trabalho vazios e sendo necessário que alguém assumisse esses postos. Ao final da guerra, surge a cobrança para que a mulher volte a sua atividade primária, o lar; entretanto, os movimentos de resistência feministas se intensificaram a partir dos anos

1960, questionando questões de gênero e papéis sociais, o que permitiu importantes avanços na conjuntura social.

No Brasil, os movimentos feministas tiveram início com manifestações de mulheres periféricas de São Paulo que abordaram questões de sexualidade, aborto e homossexualidade, debruçadas em estudos de gênero e igualdade na ocupação do mercado de trabalho, direitos de voto, direitos sexuais, direitos reprodutivos e atividades sociais (CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2020).

Com a internet, abriu-se mais possibilidades de diálogo e manifestações acerca do assunto, já que mesmo adquirindo vários direitos com o passar das décadas, o gênero feminino ainda estava preso a uma crença social do que seriam suas obrigações. Desta forma, entre várias discussões, surge o questionamento se a maternidade realmente é uma obrigação da mulher, visto que “o papel cultural e social atribuído à figura feminina ao longo dos tempos, como função predestinada à maternidade, faz parte das representações construídas a respeito da mulher” (BRAGA; MIRANDA; VERÍSSIMO, 2018, p. 525).

Até final do século XVIII, as crianças eram introduzidas muito novas à socialização com adultos, não havia contato frequente com as mães. Com o grande índice de morte infantil, governos europeus passam a tratar como responsabilidade das mulheres a educação e criação das crianças, vendo que essas poderiam ser futuras mãos de obra se vivessem mais. Ao ressaltar a importância das mães em cuidarem dos próprios filhos, cria-se o mito que perdura até hoje do instinto natural do amor materno: toda mãe tem sentimentos naturais de proteção e amor para com o filho (BADINTER, 1985; RESENDE, 2017).

Para que as mulheres reconhecessem essa postura, foram utilizados três discursos: 1. econômico dirigido para homens específicos apresentando a importância de uma população para a economia do país, afinal quanto mais mão de obra, mais produtividade; 2. filosófico apresentado para os dois sexos, advindo da filosofia rousseuniana e ideologia natalista, que a criança é uma benção e presente insubstituível para a família e sociedade; 3. por fim, discurso elaborado pelo Estado para convencer às mulheres de sua responsabilidade diante da nação e reconduzir-lás às atividades maternas (BADINTER, 1985; RESENDE, 2017).

“A vigilância materna se estendeu de maneira ilimitada. Não havia hora do dia ou da noite em que a mãe não cuidasse sozinha, carinhosamente de seu filho. Quer estivesse em boa saúde ou doente, ela devia permanecer

vigilante. Se, porém, ela adormecia, estando o filho enfermo, eis que se sentia culpada do maior dos crimes maternos: a negligência.” (BADINTER, 1985, p.211).

Defendia-se, então, que a mãe tinha como responsabilidade esforçar-se por seus filhos ou, caso não o fizessem, seriam pessoas indignas. De acordo com Badinter (1985), a pressão ideológica foi tanta que mulheres sentiam-se obrigadas a serem mães sem ao menos ter o desejo e por consequência sentirem-se culpadas e frustradas durante a maternidade. O discurso médico higienista, sustentado também por psiquiatras e psicólogos, culpabilizava as mães caso seus filhos tivessem alguma enfermidade ou transtorno mental, trazendo ainda mais culpa para essa mulher-mãe.

No Brasil, não foi muito diferente, as altas taxas de mortalidade e abandono infantil pela vulnerabilidade das mulheres começou a incomodar o império português, fazendo-os unirem forças com a Igreja para a construção de Santas Casas de Misericórdia, realizando discursos críticos aos abortos e abandonos enquanto defendia-se a adoção das crianças acolhidas. Mesmo assim, as taxas de mortalidade continuavam altas (RESENDE, 2017).

Com a implantação de faculdades e academias de medicina no país no século XIX, surgiram projetos para combater os infanticídios que endossaram a maternidade e o mito do amor natural materno, movendo o cuidado do filho para a mãe e como responsabilidade da família, enquanto defendia-se nas igrejas a importância do papel da mulher enquanto cuidadora das crianças e do lar, sendo submissas aos seus maridos. Em ambos os locais, a medicina e a ciência tiveram grande participação na manutenção da crença da naturalização da mulher em ser mãe e deter o amor e cuidado desde sempre em sua genética, que perpetua até os dias atuais (VENÂNCIO, 2002; RESENDE, 2017).

Segundo César, Loures e Andrade (2020), Simone de Beauvoir (1908 - 1986) e Elisabeth Badinter foram de grande influência para que o questionamento do destino biológico da mulher como reprodutora ocorresse. Em suas produções, Simone observa a maternidade como um instrumento de controle e dominação de homens sobre mulheres para delimitar papéis sociais. Por sua vez, Badinter (1985) afirma que a construção social tem grande influência na formação de desejos particulares, de forma que a sociedade e a cultura estabelecem que todas as mulheres devem compartilhar o sentimento de querer a maternidade e cuidar da prole.

Isso é percebido a partir do discurso midiático e machista ainda tão presente na cultura brasileira, em que são defendidas a atenção integral ao filho e maternidade, sendo considerado um tabu a transferência de responsabilidade para o pai ou babá, taxando as mulheres que o fazem como desleixadas (CÉSAR; LOURES; ANDRADE, 2020).

Ao mesmo tempo que há a defesa da “mãe integral”, há a cobrança de que mulheres sejam responsáveis pelas tarefas domésticas junto de sua ocupação no mercado de trabalho. Assim, a mulher precisa estar sempre disposta para a realização de suas obrigações sociais e cuidar dos filhos, havendo a culpabilização dela caso abandone o emprego para focar-se na maternidade ou no inverso. Mulheres-mães acabam por adentrar em uma culpabilização caso não consigam coordenar todas essas funções, uma culpa social e psicológica. Segundo Halasi (2018 *apud* César; Loures; Andrade, 2020, p. 70-71):

A maternidade da culpa é vivida em cada etapa da decisão, seja enquanto uma escolha, enquanto uma questão financeira, enquanto um parto, uma amamentação, uma doação possível, enfim, enquanto espaços que podem ou não ser abertos.

Visto que a maternidade é uma construção social, entende-se que a posição social da mulher está diretamente ligada com sua experiência enquanto mãe. Com isso, a vivência enquanto mulher de média/alta classe econômica vai ser completamente diferente da experiência de uma mãe em vulnerabilidade social, havendo significados e peculiaridades específicas. (BENATTI *et al.*, 2020)

Segundo o Censo 2022 (IBGE), as mulheres que são mais indicadas como responsáveis familiares de modo geral no Brasil são mulheres sem cônjuges e com filhos ou enteados, as mães solas, em cerca de 14,23% dos lares. Elas acabam por ser as provedoras e responsáveis por todas as mensalidades da família (financeira, de saúde, alimentação, educação e tarefas domésticas, etc). Considerando que cerca de 16 milhões de pessoas da população brasileira estão presentes nas favelas ou comunidades urbanas, é visível que parte dessas mulheres está presente em locais com pouco acesso a uma alta qualidade de vida.

Em um estudo realizado no Rio Grande do Sul por Benatti *et al.* (2020), considerando mães e pais cadastrados em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como em situação de vulnerabilidade social, as mães afirmam que são a presença essencial para o cuidado das crianças, enquanto homens também associavam

essas tarefas ao papel materno, sendo a atividade deles a contribuição financeira. Por mais que houvesse aumento das mulheres no mercado de trabalho, os homens ainda têm um papel privilegiado restrito a contribuir financeiramente com as demandas da família.

Foi expressado também preocupação pelo acesso fácil às drogas e álcool nas proximidades da moradia, havendo receio em contar com o auxílio de vizinhos, da comunidade e até mesmo de outros membros da família. Assim, algo que poderia ser positivo para uma rede de apoio, acaba por se tornar mais uma questão de responsabilidade para a mãe. Além disso, o estudo mostrou grande preocupação com a manutenção financeira por parte das mulheres devido a baixa escolaridade, empregos instáveis e com baixa remuneração. Devido a estas condições muitas destas mulheres tinham como renda mensal apenas benefícios socioassistenciais e compartilhamento da renda de outros membros da família. (BENATTI *et al.*, 2020)

Mulheres-mães em situação de vulnerabilidade social apresentam maiores angústias acerca da privação econômica e cuidado permanente da casa e dos filhos, havendo um sofrimento latente de incerteza sobre a própria vida. Então, a manutenção da tradição de mãe causa uma grande sobrecarga às mulheres em vulnerabilidade social, trazendo um sofrimento e esquecimento de si mesma para darem atenção aos filhos. (BENATTI *et al.*, 2020).

Atualmente, com o desenvolvimento da medicina e dos métodos contraceptivos, a mulher tem a possibilidade de escolher engravidar ou ter filhos, controlando um pouco mais sua fecundidade que antes era controlada totalmente pelos homens. A maternidade tornou-se uma “escolha” e não mais um destino, mas essa escolha ainda é algo visto como anormal por fugir da tradicionalidade. Segundo Colares e Martins (2016), a mulher que escolhe pela não maternidade é vista pela sociedade como portadora de alguma patologia, egoísta e irresponsável em sua missão de mulher.

A transição da maternidade como destino biológico para uma escolha deliberada é evidenciada pelos dados do IBGE, que demonstram um declínio acentuado na taxa de fecundidade no Brasil: de 6,3 filhos por mulher em 1960 para apenas 1,55 em 2022. Essa redução de aproximadamente 75% reflete não apenas o acesso a métodos contraceptivos, mas uma mudança estrutural na dinâmica familiar e psíquica. Corroborando a tese de Badinter (1985) de que o amor materno não é um instinto inato, mas um sentimento condicionado a fatores sociais e individuais, o Censo 2022 também aponta o aumento de casais sem filhos para 24,1%.

Em discussões sobre a mulher na contemporaneidade, percebe-se que o adiamento da maternidade é um fato comum para aquelas que focam na sua carreira profissional, buscando manter-se no mercado de trabalho. Justifica-se pela necessidade de atenção quase integral para o emprego e suas demandas, coisa que não seria possível com uma criança a se cuidar, já que ela também precisaria de uma atenção ainda maior. (SCAVONE, 2001)

Questiona-se como seria possível que a mulher-mãe possa ter seus desejos e focar-se em si própria enquanto precisa estar atenta ao cuidado da criança, de seu emprego e tarefas domésticas. Entende-se que a imagem de mulher precisa de uma ressignificação dentro da sociedade quanto quais são seus deveres e obrigações e quais também deveriam ser atribuídas ao homem. Assim como a visão para a maternidade não deveria ser romantizada como é, visto que a mulher-mãe está sempre sobrecarregada, ainda mais quando se encontra em vulnerabilidade social e sem rede de apoio, sendo necessário uma revisão de como a crença que a maternidade não é o destino de realização da mulher.

Compreendendo que a experiência e escolhas/decisões das mulheres como algo significativo e de importância para sua qualidade de vida, entende-se que a maternidade pode ser um sofrimento em potencial. Dessa forma, busca-se que cada mulher encontre dentro de sua realidade ver-se além da imagem de mãe que “dá conta de tudo”. Para isso, seriam necessários diversos movimentos culturais e estudos para reconstruir a imagem de “mãe” para “mulher-mãe”, para alguém que não é resumida pelo seu cuidado, mas pelas suas características únicas.

4. A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE

Entendendo como ocorreu a construção social de que a mulher “nasceu” para ser mãe, é necessário compreender como os indivíduos formaram esta ideia como realidade absoluta. De acordo com a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano baseia-se no processo de apropriação da cultura passada de geração para geração (MILANI; SILVA; ALMEIDA, 2021).

Para Vigotski, o ser humano se diferencia dos animais principalmente pela sua capacidade de criar objetos e modificar a natureza, sendo essa sua atividade vital (o

trabalho). Mas essa capacidade só pode ser alcançada devido a internalização que o ser humano faz do ambiente e da sociedade a sua volta.

Neste processo de internalização será necessário a mediação que ocorre como um estímulo intermediário a partir das zonas de desenvolvimento. A zona de desenvolvimento real, se trata de atividades e percepções já adotadas como concretas, já a zona de desenvolvimento proximal onde ocorre a mediação, em que resolverá suas problemáticas com o auxílio de outro ser mais capacitado ou experiente, e a zona de desenvolvimento potencial, cuja define habilidades ainda não alcançadas, mas que estão ou podem ter a possibilidade de serem desenvolvidas (VIGOTSKI, 2007; LIMA; CARVALHO, 2013).

Utilizando o pensamento marxista, como base teórico-metodológica Vigotski propôs que todos os processos psíquicos perpassam pelo método do materialismo histórico-dialético, ou seja, os fenômenos psicológicos estão em movimento e em transformação constante, quantitativa e qualitativamente. Portanto, a sociedade e a cultura estão diretamente atreladas ao desenvolvimento do psiquismo humano, de maneira que se torne a espécie de um ciclo em que o sujeito é passivo e ativo no processo de construção social (VIGOTSKI, 2007).

Desta forma, entende-se que, a partir do pensamento vigotskiano, a maternidade é compreendida como um fenômeno construído socialmente: o papel social atrelado à mãe, que não possui vínculo a fatores biológicos inatos, mas descende das práticas culturais ligadas a inserção da mulher dentro da sociedade que, de forma geral, são internalizadas sócio culturalmente tornando-se psiquismos, numa relação inter e intra psíquico proposta por Vigotski (2004).

Em concordância com Oliveira (1993), as relações sociais influem na constituição do sujeito, uma vez que este se apropria culturalmente do que foi compartilhado, a crença sobre o papel de mãe é um produto resultante das mediações culturais, e experienciam das expectativas do que lhe é imposto, condizente com o cenário histórico que se encontram.

Existem diferentes contextos maternos na sociedade e todos são movidos pela atividade social. Como cita Leontiev (1978), a atividade é um sistema dinâmico, possuidor de estrutura e de movimentos internos, que se desenvolve em função de um objeto que lhe dá propósito e direção, significando que de forma alguma a atividade é

ímpar, ela sempre se relaciona a concepções culturais e históricas e é mediada a partir delas, ela é analisada de acordo com o contexto em que é efetuada.

A maternidade como atividade social envolve a participação da mulher-mãe dentro de uma lógica cultural que determina valores, ações, normas e moldes que lhes são impostas no cuidado do ser vulnerável que está sob sua “exclusiva” responsabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões apresentadas, compreende-se que a maternidade, longe de ser uma condição natural e universal da mulher, é resultado de uma construção social, histórica e cultural permeada por discursos ideológicos que moldaram a identidade feminina ao longo do tempo. Nesse sentido, observa-se que as mulheres passaram a ser consagradas como eixo da família, sendo responsáveis pelo cuidado e pela educação dos filhos (BADINTER, 1985). A ideia de “instinto materno” funciona como um mecanismo de controle simbólico que reforça papéis de gênero e restringe a autonomia feminina.

Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, compreende-se que a maternidade é uma construção social e histórica, resultado das relações e contextos culturais que moldam a experiência de ser mãe. De acordo com Vigotski (2007), o desenvolvimento humano e as formas de subjetividade são produzidos nas interações sociais e nos contextos culturais em que o indivíduo está inserido.

Historicamente, a mulher foi direcionada à maternidade como destino natural, o que apagou sua individualidade e reforçou o ideal de mãe abnegada. Entretanto, as mudanças sociais revelam que a maternidade assume formas diversas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, onde a falta de apoio acentua a sobrecarga e o sofrimento. Assim, compreendê-la sob a ótica histórico-cultural é essencial para reconhecer a pluralidade e as diferentes realidades que compõem essa experiência.

Desta forma, este trabalho evidencia a necessidade de desconstruir o mito do amor materno inato e de ressignificar o papel da mulher na sociedade contemporânea, compreendendo a maternidade como uma construção social e cultural, e não como essência natural da mulher. Busca-se contribuir para uma leitura crítica das representações sobre o ser mãe, à luz da Psicologia Histórico-Cultural, reconhecendo

outras formas de existência feminina que ultrapassem o papel materno e valorizem a complexidade das mulheres na contemporaneidade. Assim, ampliando os espaços de escuta e acolhimento que permitam às mulheres vivenciar a maternidade, ou a não maternidade, como uma escolha legítima e não como imposição social.

Lucila Scavone (2001) aponta que as transformações sociais contemporâneas têm possibilitado novas formas de compreender a maternidade, reconhecendo que ela pode ser vivenciada de diferentes maneiras ou mesmo não ser escolhida pelas mulheres. A valorização da mulher enquanto sujeito histórico, dotado de desejos, contradições e potencialidades próprias, é essencial para que avance rumo a uma sociedade mais igualitária, em que o ser mãe não seja o único parâmetro de reconhecimento e realização feminina, mas apenas uma das muitas possibilidades de ser e existir.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: Sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (org); Bassanezi, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENATTI, Ana Paula; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato; SANTOS, Dalila Carolina Moreira dos; PAIVA, Ilana Lemos de. A maternidade em contextos de vulnerabilidade social: papéis e significados atribuídos por pais e mães. **Interação em Psicologia**, Curitiba, Paraná, Brasil, v. 24, n. 2, 2020. DOI: 10.5380/psi.v24i2.59856. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/59856>. Acesso em: 14 out. 2025.
- BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. **Casa, alcova e mulher**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.
- BRAGA, Rafaela Castro; MIRANDA, Luiz Henrique de Assis; VERÍSSIMO, Janaina de Paula Costa. PARA ALÉM DA MATERNIDADE: AS CONFIGURAÇÕES DO DESEJO NA MULHER CONTEMPORÂNEA. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 523–540, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/15994>. Acesso em: 14 out. 2025.
- CÉSAR, Ruane Cristine Bernardes; LOURES, Amanda Freitas; ANDRADE, Barbara Batista Silveira. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 68-75, 11 mar. 2020. Universidade Severino Sombra. <http://dx.doi.org/10.21727/rm.v10i2sup.1956>. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1956>. Acesso em: 14 out. 2025.

COLARES, Sthephany Caroliny dos Santos; MARTINS, Ruimarisa Pena Monteiro. MATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL ALÉM DO DESEJO. **Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 6, n. 1, p. 42-47, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaoocientifica/article/view/2654>. Acesso em: 15 out. 2025.

GRISCI, Carmem Lúcia Iochins. Mulher - mãe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 12-17, 1995. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257191>. Acesso em: 09 out. 2025.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914–1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (Brasil). **Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: fecundidade e migração: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43837-censo-2022-mostra-um-pais-com-menos-filhos-e-menos-maes>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: composição domiciliar e tipos de famílias: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44960-censo-2022-pela-primeira-vez-menos-da-metade-das-familias-do-pais-sao-formadas-por-casais-com-filhos>. Acesso em: 15 out. 2025.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIMA, Paula Márcia de; CARVALHO, Carolina Freire de Carvalho de. A Psicoterapia Sócio-Histórica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. spe, p. 154–163, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/V3bMjf9VW6H8sDDRdfNwfDB/#>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MILANI, Giovana Durat; SILVA, Graziela Lucchesi Rosa da; ALMEIDA, Melissa Rodrigues de. Impactos da Violência de Gênero na Produção da Subjetividade de Mulheres: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. *In*: Carvalho, Bruno Peixoto; Bellenzani, Renata. **Psicologia histórico-cultural na universidade: pesquisas**

implicadas. Campo Grande: UFMS, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3882>. Acesso em: 30 mar. 2026

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vigotski: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

RESENDE, Deborah Kopke. MATERNIDADE: uma construção histórica e social. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 175–191, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/15251>. Acesso em: 4 set. 2025.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A maternidade negada. In: PRIORE, M.D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. Cap. 6, p.189-223.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: dilemas contemporâneos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 487-504, 2001. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM63K8Lz/?lang=pt#>. Acesso em: 26 fev. 2026.